

REDES SOCIAIS, CANCELAMENTO E CRISE DA AUTORIDADE: REFLEXÕES À PARTIR DA MEDIAÇÃO ESCOLAR

Janaina Corrêa – correa.janaina@gmail.com
Prof. Dr. Rogério Rodrigues – rogerio@unifei.edu.br

Palavras-chave: redes sociais, cancelamento digital, crise de autoridade, mediação escolar, modernidade líquida.

INTRODUÇÃO

As redes sociais digitais tornaram-se, nas últimas décadas, espaços privilegiados de sociabilidade, visibilidade e reconhecimento, promovendo transformações profundas nos modos de comunicação e nas relações sociais. Nesse ambiente marcado pela lógica da exposição e da viralização (incluindo a lógica do consumo), emergem novas práticas de controle moral e exclusão simbólica, dentre as quais se destaca o cancelamento digital. Tal fenômeno consiste na punição pública e imediata de sujeitos ou instituições, frequentemente sem mediação reflexiva, configurando-se como expressão da cultura do julgamento e da moral instantânea.

O cancelamento revela uma mudança estrutural na forma como a sociedade lida com o conflito, o erro e a autoridade. Ao deslocar o julgamento do espaço institucional para o espaço emocional e coletivo das redes, o cancelamento digital reflete a crise da autoridade, entendida por Hannah Arendt (1992) como o colapso das referências simbólicas que legitimavam o poder educativo e moral.

No campo educacional, essa crise se expressa de forma sensível. A figura do professor, historicamente investida de autoridade epistemológica e ética, encontra-se sob crescente desconfiança, deslegitimação e exposição pública. Assim, a cultura digital, ao mesmo tempo que amplia o acesso à informação, intensifica os processos de fragilização institucional e simbólica da escola.

O presente artigo constitui parte de uma pesquisa de mestrado em andamento, e tem como objetivo uma reflexão sobre o cancelamento digital como manifestação da crise da autoridade e discussão, em contraponto, do papel da mediação escolar enquanto prática educativa e restaurativa capaz de ressignificar os vínculos sociais e reconstruir a legitimidade ética da autoridade docente na contemporaneidade.

DESENVOLVIMENTO

Referencial teórico

A crise da autoridade é um fenômeno que acompanha o desenvolvimento da modernidade. Para Arendt (1992), a autoridade não se impõe pela força, mas se sustenta no reconhecimento e na confiança que se estabelecem entre as gerações. O colapso desta relação de confiança, típico das sociedades modernas conduz à erosão das instituições educativas e políticas, que perdem sua capacidade de mediação simbólica e moral.

Na perspectiva de Bauman (2008), a modernidade líquida intensifica esse processo. As relações sociais tornam-se frágeis, efêmeras e voláteis, e a estabilidade das referências morais é substituída pela fluidez dos vínculos e pela lógica da descartabilidade. O cancelamento digital, nesse sentido, expressa a liquidez contemporânea: uma forma de julgamento rápido, sem mediação e sem direito à reparação.

Byung-Chul Han (2017), ao analisar a sociedade da transparência, acrescenta que a exposição pública se converteu em norma moral. A ausência de privacidade e o imperativo da visibilidade instauram um regime de vigilância mútua, no qual todos são observadores e observados. As redes digitais, portanto, produzem uma cultura de espetáculo e punição, em que o erro é ampliado e a figura do culpado é necessária para manter a coesão moral do grupo.

No campo educacional, Aquino (1998) compreende a autoridade como relação ética e dialógica, construída no reconhecimento mútuo entre professores e alunos. A crise da autoridade escolar reflete, não só nas transformações sociais externas, mas na dificuldade de reconstruir o sentido ético e pedagógico da autoridade em tempos de desvalorização simbólica do saber.

Em contraponto à lógica punitiva e excludente, Jares (2002) e Pimenta (2018) defendem a mediação escolar como prática educativa que privilegia o diálogo, a corresponsabilidade e o reconhecimento da alteridade. A mediação se apresenta como instrumento restaurativo capaz de fortalecer vínculos, promover a escuta e reconstruir a convivência em contextos de conflito, valores essenciais para o exercício ético da autoridade docente.

METODOLOGIA

O presente estudo insere-se em uma abordagem qualitativa, exploratória e teórico-documental, caracterizando-se como trabalho em andamento. O texto integra as etapas preliminares de uma dissertação de mestrado que investiga as relações entre crise da autoridade e mediação escolar.

Nesta fase, a pesquisa concentra-se na análise teórica e interpretativa de produções acadêmicas, registros jornalísticos e manifestações públicas em redes sociais que exemplificam a lógica do cancelamento digital. A metodologia adotada é de caráter analítico-hermenêutico, buscando compreender como os discursos e práticas associados ao cancelamento refletem a fragilidade institucional e simbólica da autoridade contemporânea e como a mediação pode constituir-se como resposta formativa e ética desse fenômeno.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os resultados parciais indicam que o cancelamento digital atua como uma nova forma de controle moral coletivo, marcada pela rapidez dos julgamentos e pela ausência de mediação institucional. O fenômeno é sustentado por dois movimentos interdependentes, o primeiro, a desinstitucionalização da autoridade, que enfraquece a legitimidade das instâncias formais de decisão e a naturalização da exclusão, pela qual a punição simbólica se torna prática social recorrente.

No campo educacional, essas dinâmicas impactam diretamente o exercício da autoridade docente. A figura do professor passa a ser vulnerável ao escrutínio público e à lógica da visibilidade, o que compromete a construção de vínculos pedagógicos pautados na confiança e na ética. A exposição digital de conflitos escolares ou de condutas docentes evidencia a transposição da esfera institucional para a esfera pública, dissolvendo os espaços tradicionais de mediação.

Em contraste, a mediação escolar surge como possibilidade de enfrentamento à lógica punitiva. Ao propor o diálogo e a reconstrução do vínculo social, a mediação promove uma pedagogia da escuta e da corresponsabilidade. Diferentemente do cancelamento, que silencia, a mediação reconstrói o sentido formativo da autoridade, ao possibilitar que o conflito seja compreendido como possibilidade de aprendizagem e crescimento ético.

Desse modo, cancelamento e mediação representam duas realidades opostas, enquanto o primeiro opera pela exclusão e julgamento imediato, a segunda atua pela inclusão e pela reconstrução do sentido ético da convivência.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho, ainda em desenvolvimento, propõe uma reflexão teórica sobre as inter-relações entre cancelamento digital, crise da autoridade e mediação escolar, deixando em evidência que os referidos fenômenos expressam as tensões éticas e institucionais da modernidade líquida.

O cancelamento digital sintetiza a crise da autoridade ao deslocar o exercício do juízo do espaço reflexivo para o campo emocional e coletivo. No contexto

educacional, essa dinâmica ameaça o papel formativo da escola, substituindo a escuta e mediação pelo julgamento público e pela desconfiança.

A mediação escolar, por contrapartida, apresenta-se como prática ética e pedagógica capaz de reconstruir a legitimidade da autoridade docente e fortalecer o diálogo como princípio educativo. Ao privilegiar a escuta e o reconhecimento mútuo, a mediação aponta para uma pedagogia da convivência, que se opõe a lógica da exclusão e contribui para a retomada do ético na educação.

O avanço das próximas etapas da pesquisa buscará articular essas reflexões teóricas a análises exploratória documental das práticas de mediação nas escolas, a fim de compreender como tais experiências podem oferecer alternativas concretas à cultura punitiva e à fragilidade institucional da autoridade na contemporaneidade.

AGRADECIMENTOS

Os autores agradecem ao Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento, Tecnologias e Sociedade da UNIFEI pelo suporte institucional e aos professores e colegas do grupo de pesquisa pelo diálogo crítico e pelas contribuições teóricas que tem orientado o desenvolvimento deste estudo.

REFERÊNCIAS

- ARENDT, Hannah. Entre o passado e o futuro. São Paulo. Perspectiva, 1992.
- AQUINO, J. Groppa. Autoridade e autonomia na escola contemporânea. São Paulo: Summus, 1998.
- BAUMAN, Zygmunt. Modernidade líquida. Rio de Janeiro.: Zahar, 2008.
- HAN, Byung- Chul. A sociedade da transparência. Petrópolis: Vozes, 2017.
- JARES, Educar para a paz em tempos difíceis. Porto Alegre: Artmed. 2002.
- PIMENTA, Carlos Alberto Máximo L. I. Mediação e Resolução de Conflitos Escolares: Criminalização ou Educação. [S. l.: s. n.], 2018.